

Para além do pão, do peixe e do lar: a marcha das mulheres para Versalhes e as contribuições do feminismo francês.

Beyond bread, fish and home: The march of women to Versailles and the contributions of French Feminism.

Maria Cecília Teixeira MIRANDA¹

Resumo: Buscando contribuir para a compreensão da luta feminina por direitos civis, a Marcha das mulheres para Versalhes simboliza uma importante contribuição neste caminho. É neste sentido que, esse artigo, pretende estudar as insatisfações femininas do período, incorporando as mulheres como protagonistas neste movimento político. Ademais, o artigo segue em adição ao movimento, ressaltando problemáticas femininas estendidas para os séculos posteriores, que, novamente, necessitariam da voz e da manifestação feminina. Finalmente, por meio do método indutivo, objetiva-se entender a responsabilidade das questões acerca do espaço privado e do espaço público e suas consequências, como, por exemplo, a dominação masculina, a domesticação feminina e a definição de papéis de gênero.

Palavras-Chave: História das mulheres, Feminismo Francês, Marcha sobre Versalhes

Abstract: Seeking to contribute to the understanding of the women's struggle for civil rights, the Women's March to Versailles symbolizes an important contribution in this path. In this sense, this article aims to study the female dissatisfactions of the period, incorporating women as protagonists in this political movement. Additionally, the article continues to add to the movement, highlighting female issues extended to later centuries, which would again require female voice and expression. Finally, through the inductive method, I aim to understand the responsibility of issues regarding the private and public spheres and their consequences, such as male domination, female domestication, and gender role definition.

Keywords: Women's History, French Feminism, March to Versailles.

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – FCHS. Contato: mct.miranda@unesp.br.

A Revolução, muitas vezes evocada por pronomes femininos, demorou algum tempo para reconhecer o protagonismo decisivo das mulheres. Os motivos para essa falta de reconhecimento sobre os movimentos revolucionários eram os mais variados, no entanto, podemos destacar dois principais: as tradições culturais e as circunstâncias políticas.

Em um primeiro momento, temos um período recortado - mediante bibliografias selecionadas - que vai de 1789 a 1793. Neste momento, observamos um interesse, tanto masculino na França, quanto feminino, em romper com os ideais manifestados durante séculos pelo Antigo Regime. Os ideais que chegaram junto a Revolução desenhavam com clareza uma mulher dedicada à família, amante da pátria e determinada a cooperar com o bem comum, um reflexo prático dos princípios republicano. Ainda assim, era uma responsabilidade feminina parir os grandes heróis republicanos.

Não seria surpresa que, tornou-se comum a escrita de panfletos destacando as diferenças entre os sexos e seus papéis de gênero. Um bom exemplo é o panfleto denominado como “Por que as mulheres são menos aristocratas que os homens?”, do Journal de Perlet de novembro de 1790. Esta publicação impressa objetivava ensinar os ideais privados e maternos para as mulheres, além de criticar o feminino aristocrata, considerando-o exuberante e causador de crises.

É justamente nesse momento, tal como catalogado e desenvolvido pela historiadora Lynn Hunt (1945), no capítulo intitulado “Revolução e Vida Privada”, uma série de flutuações entre o privado e o público. Conforme se verifica nos escritos de Hunt, a vida pública ganha um olhar mais revolucionário, em contraposição à desconfiança que a vida privada obtinha. Esse pensamento será tão forte que influenciará diversos setores da sociedade: as vestimentas, os vocabulários, os calendários e, acima de tudo, o grupo social das mulheres.

Aproximando-se deste período de atritos entre o público e o privado, é importante destacar que o âmbito privado, do lar, sempre foi associado ao feminino e nesse momento isso não seria diferente.

A exemplo, podemos considerar as obras de Donatien Alphonse François de Sade (1740-1814), filósofo e escritor da época, conhecido pela exaltação do privado em seus cenários românticos. Durante a análise, observamos o papel central do feminino como elemento marcante em suas obras. Sade inclui críticas aos conceitos de igualdade, liberdade e fraternidade, enxergando-os como um método para

justificar os atos déspotas desses homens ditos como revolucionários. Esse privado era, na visão de Sade, um espaço reservado especificamente para o gozo masculino, o que gerava, conseqüentemente, uma falta de identidade para as mulheres mantidas no ambiente protegido. O filósofo finaliza ressaltando que, quando pouco representadas culturalmente, o grupo das mulheres públicas ganhou imediatamente um papel ameaçador, desequilibrado e com gigantesco potencial destrutivo.

Sendo assim, fica explícito a ambigüidade presente nos discursos revolucionários. É marcante, por exemplo, a presença do apelo dirigido às mulheres da época para que incentivassem seus cônjuges a se juntarem ao serviço militar e a causa republicana. Torna-se visível, assim, a configuração de uma contraposição, a já citada mentalidade do que caracterizava uma mulher patriota e adepta à revolução que se perpetuou por muitos círculos sociais do século XVIII.

Para esta sociedade, era incabível pensar nas relações de gênero em pé de igualdade, visto que os clubes femininos formados para a discussão política e elevação das mulheres, logo foram entendidos como uma maneira de desfeminização. Ademais, o abandono aos ideais femininos importantes para a revolução também era uma forte acusação da época. No entanto, o único objetivo dessa politização estava ligada à vontade de fazer parte e dar voz ao povo soberano.

Como bem expresso por Tânia Morin, “no momento em que as militantes deixaram de ser apenas personagens excêntricas e barulhentas para se tornarem uma ameaça política, os governantes julgaram necessário reprimi-las com rigor da lei e força das armas” (MORIN, 2009).

Adentrando ao principal evento trabalhado no artigo e para entendermos a questão das insatisfações populares, uma das mais importantes fontes são os Cahiers de Doléances, os conhecidos cadernos de queixas, o quais, em meados do fim de 1788, somavam mais de 60.000 cadernos, com intuito de reclamar das condições sociais e econômicas do período.

As mulheres pouco foram ouvidas, apenas algumas representantes da classe das floristas e modistas - as quais gozavam de maior proximidade com a nobreza - chegaram a ser consideradas fontes confiáveis de queixas. Todavia, não deixaram de existir panfletos, cartas e petições femininas reivindicando participação nas

decisões políticas, adesão de direitos como educação e trabalho, o direito do divórcio e a valorização feminina nos espaços em gerais.

Dentro do sistema absolutista, as mulheres, em especial, enxergavam uma oportunidade de romper com o passado e com as particularidades designadas a elas. Entretanto, para as mulheres feministas francesas a imagem da vaidade, do egoísmo e da futilidade, eram associadas às mulheres do Antigo Regime, em especial a figura emblemática de Maria Antonieta:

Os franceses detestavam Maria Antonieta e repudiavam tudo o que ela representava no imaginário popular: a má mãe, a esposa adúltera, a leviandade, o luxo desmedido, a má conselheira do rei, a estrangeira. Entre outras faltas, era acusada de ensinar o Rei a ser dissimulado, o que significava guardar segredos e mentir. A dissimulação estaria no cerne das conspirações contra revolucionárias. (MORIN, 2009, p. 36)

Para além dessa busca imensurável por direitos e da vontade de romper com as características fúteis femininas, as reivindicações populares giravam em torno da insatisfação popular, característica intrínseca desse período francês. Segundo o historiador alemão, Eric Hobsbawm (1917-2012), muitos foram os fatores acarretadores das revoltas: a grande concentração de camponeses insatisfeitos e explorados, a chegada de péssimas colheitas - o que, ao relacionar-se com o aumento populacional, gerou grandes fomes - a inflação, a manutenção dos altos impostos feudais e os problemas financeiros da corte, os quais estavam ligados à extravagância da nobreza e ao envolvimento do país na guerra pela independência americana.

Assim, a queda da Bastilha marcou o início da Revolução Francesa e contou com uma participação feminina limitada. No entanto, será com a Grande Marcha para Versalhes que a representação política feminina surgirá de maneira expressiva. Esta participação foi expressão da independência e da força dessas mulheres, em especial das que dominavam o espaço das lojas e mercados, até então considerado, por excelência, o único lugar público feminino tido como de defesa da comunidade e da família, simultaneamente.

Além das comerciantes de peixe, há presença significativa das “donas de casa”, responsáveis por realizarem as compras, passando horas na fila e percebendo agudamente a variação nos preços dos alimentos. Tal assertiva é destacada por Hobsbawm:

O preço do pão registrava a temperatura política de Paris com exatidão de um termômetro e as massas de Paris eram a força revolucionária decisiva: não por mero acaso, a nova bandeira nacional francesa foi uma combinação do velho branco real com as cores vermelha e azul de Paris. (HOBSBAWM, 2002, p. 115)

Desse modo, as vendedoras de peixes - em especial - mantinham relações íntimas com o rei, a partir da responsabilidade intrínseca da profissão com a realização de banquetes reais. No entanto, era comum encontrar relatos de diversas outras mulheres, como as vendedoras de frutas e as floristas, que também escreviam politicamente aos representantes do Terceiro Estado. Estes textos tinham como objetivo publicizar as demandas de toda uma classe feminina preocupada em alimentar suas famílias.

Aprofundando no que diz respeito à Marcha, ressalta-se que houve uma motivação anterior à criação do movimento. No dia 7 de agosto de 1789, as corajosas mulheres marcharam pela primeira vez para Versalhes, a fim de demandar o trabalho do Rei para que fosse criada uma nova Constituição limitadora de seus poderes. Assim, ao voltarem para Versalhes, em 25 de agosto, encontravam-se fortalecidas e protegidas pela presença da Guarda Nacional, levando como pauta a escassez de pão em Paris.

A partir deste momento, os clamores ganharam cada vez mais apoiadores. As mulheres começaram a atuar nesse campo político e tornou-se comum - até mesmo diárias - a presença dessas protestações, passando a contar com o comparecimento dos cônjuges dessas mulheres.

Para mais, essa organização feminina chegou ao ápice em 5 de outubro de 1789, motivada pela contínua falta de pão. Neste dia, sete mil mulheres junto à Guarda Nacional derrubaram as portas do Hotel de Ville, tomaram as armas e marcharam para Versalhes a fim de trazer o Rei para Paris, distanciando-o da má influência da rainha e da corte e, em contrapartida, aproximando-o da realidade enfrentada pelo povo. No caminho, o movimento feminino se queixava da falta de comprometimento masculina na revolta, enquanto as mulheres ocupavam debates e galerias.

Como consequência dessas movimentações, no dia 6 de outubro, essas mesmas mulheres - em menor número - invadiram o palácio real e obrigaram o Rei a assinar os decretos de agosto. Em seguida, o monarca acabou sendo escoltado até

Paris e prometeu realizar tudo que estivesse ao seu alcance para levar suprimentos ao seu povo.

As repercussões da Marcha foram as mais variadas possíveis. Alguns mitos rondavam a imagem dessas “mulheres de outubro”, eram consideradas pela população prostitutas, mulheres enfurecidas e, até mesmo, como bruxas e mal-educadas. O relato de Sébastien Mercier, escritor e dramaturgo, sobre a volta da multidão, é um exemplo da visão acerca dessas mulheres: "duzentos mil homens na estrada dançando (...) cada um com uma das prostitutas nos braços; as vendedoras de peixe sentadas nos canhões, outras usando barretes frígios e barris de vinho". (MORIN, 2009).

Se nos próprios depoimentos da época observamos o conservadorismo exacerbado e o questionamento da moral e da virtude, os escritores contemporâneos, mais radicais, ajudaram a criar um imaginário heroico sobre essas figuras femininas, além de colocá-las no seu lugar de cidadãs. Essa leitura é valiosa, foi - e ainda é - capaz de legitimar grandes movimentações femininas e gerar novas manifestações.

Portanto, as diferentes consequências e visões, acerca da movimentação feminina, de certa forma tiveram resultados duradouros. Os levantes populares passaram a ser comuns e as mulheres passaram a exigir batalhar ombro a ombro em diversas insurreições, que agora eram enxergadas como parte de sua existência. No entanto, houve um medo crescente de inversão de papéis entre os gêneros, o que logo resultou em um discurso de domesticação:

Dando mais um passo na direção da “domesticação” das ativistas, Hérault, Presidente da Convenção Nacional, aproveitou para lembrar às homenageadas que depois do seu grande feito, seu papel na Revolução era dar à luz a um povo de heróis e nutri-los com leite materno para que desenvolvessem a virtude marcial. Naquela época, achava-se que o leite transmitia à criança as qualidades morais de quem amamentava, portanto, podemos pensar que o orador reconhecia virtudes marciais naquelas mulheres. O leite materno formava cidadãos, ao contrário do leite mercenário das amas contratadas. O Festival de Regeneração representou o paroxismo da campanha do aleitamento materno. Por outro lado, o culto à maternidade cívica excluía a mulher do espaço público, exaltando seu dever de gerar patriotas. (MORIN, 2009, p. 74)

Em análise do trecho, fica explícito a necessidade de realocar as militantes ao espaço privado. Assim, os clubes femininos foram proibidos em 1793 e as comemorações, a fim de homenagear essas revolucionárias, tornaram-se eventos

masculinos. Neste espaço, a participação feminina exaltada - em um momento de necessidade política - volta a ser direcionado ao espaço privado, materno e doméstico, incentivando, inclusive, a prática pública do tricô, como resultado da doçura feminina. Logo, os espaços públicos, jurídicos, intelectuais e, até mesmo, esportivos, que por um curto período pareciam estar abertos ao público feminino, na realidade, continuavam com suas portas fechadas para as mulheres.

Ante ao apresentado, é nítida a importância da participação das mulheres nos atos revolucionários, característicos do período renovador francês. Polo exposto, é destacável o êxito das comerciantes em romper com o imaginário construído do que, supostamente, deveria ser a ação feminina da época. Portanto, ao reconhecermos essa importância, podemos admitir a notabilidade desses pensamentos progressistas para a constituição de políticas e atos feministas contemporâneos, ainda que exista, repetidamente, repressões e tentativas de apagamento da história e dos atos heroicos das figuras femininas históricas.

Passado o marcante evento das mulheres marchando para Versalhes, o século XIX inicia-se com um cenário pouco distinto do apresentado acima. A representação feminina ainda era dependente do reservado, das casas de chá e das lavanderias, continuando restritas ao espaço privado, inclusive, do direito político ao voto. Sendo assim, permaneciam submissas ao que se acreditava ser um intelectualismo masculino e a necessidade de programar-se como provedores do lar.

É nesta ambientação que os movimentos feministas na França do século XIX ganham força e importância com reivindicações por direitos trabalhistas, direitos matrimoniais e por igualdade, em um panorama.

Assim, ao focarmos nosso pensamento no lugar ocupado pelas mulheres na França pós-revolução, Michelle Perrot nos apresenta a mulher parisiense em sua obra "Mulheres Públicas" (1998). Perrot, em um primeiro momento, movimenta o nosso imaginário com as representações urbanas femininas. Deste modo, a presença feminina em esculturas, em pinturas, em alegorias religiosas ou em cartazes publicitários, expõem a permanência da visão de uma eterna mulher musa que, permanentemente, possui seu corpo visto como transmissor de alguma mensagem.

Até o século XIX, fazia-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas,

suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem. (PERROT, 1995, p. 13)

As representações femininas continuaram atreladas ao imaginário do status quo/ à moral e ética. Nos palcos, nos salões, nas galerias, em qualquer espaço público que seja, elas seguem com seus corpos dominados e sucessíveis às representações e valores masculino; “espetáculo do homem, elas são também o objeto de desejo deles.” (PERROT, 1998, p. 15).

Porém, na maioria das vezes, serão as mulheres públicas que, motivadas por suas péssimas condições de vida, ou, até mesmo, por sua posição social pouco influente, as maiores participantes dos movimentos emancipatórios do período. Logo, faz-se necessário a realocação dessas personagens, quebrando com a imobilidade das ilustrações e entendendo-as como sujeitas capazes de reagir aos sufocamentos masculinos.

Uma das pautas feministas mais efervescentes ao redor do mundo, trata-se da questão do sufrágio feminino. A França, quando estipula sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, exclui as mulheres do seu famoso conceito de igualdade e volta a designar papéis políticos e cívicos apenas ao homem branco e com posses. No entanto, o fato surpreendente é que, mesmo contando com a colaboração e com a voz feminina, em diversos eventos representativos e importantes para a emancipação francesa, as mulheres só passam a exercer o voto e, conseqüentemente, passam a ser cidadãs em 1944, sendo o penúltimo país do continente europeu a conferir este direito às mulheres. “‘Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direito e em dignidade’, dizia a Declaração do Homem e do Cidadão. Então, as mulheres não eram ‘seres humanos’?” (PERROT, 1998, p. 120).

Neste sentido, mulheres importantes no cenário político, foram ignoradas, ridicularizadas e mortas em busca de visibilidade e de seus direitos civis. O caso mais destacado é o da própria Olympe de Gouges (1748-1793), mulher responsável por escrever a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), mas que acabou guilhotinada em 1793 - muito como consequência pelo conteúdo reivindicatório de seu trabalho.

No decorrer do século XIX, nenhuma mudança simbólica foi promovida nas condições civis das mulheres. O governo autoritário, imposto por Napoleão em 1799,

continuou com a tradição de estipular papéis de gênero, além de promover a perseguição e o exílio da escritora francesa Germaine de Staël. O intelectualismo não era um lugar feminino, e, acima de tudo, a presença de mulheres no espaço acadêmico gerava um verdadeiro incômodo. Assim, as mulheres, se fossem capazes de dominar a arte da escrita, deveriam focar em escrever romances ou livros de receitas, jamais estariam autorizadas a escreverem sobre temas políticos e sociais.

Apesar do descontentamento estatal e masculino, a existência de escritoras mulheres tornou-se cada vez mais frequente. Os periódicos *La Femme nouvelle* (1832) e *La Femme libre* (1832) são considerados um avanço dentro dessa temática, pois se tornaram os primeiros periódicos redigidos por e para mulheres, com discursos e pautas sociais bem estruturadas.

Diversos outros obstáculos surgiram na caminhada feminina por emancipação. No entanto, diversas formas de resistência também foram organizadas. Ao se depararem com a permanência das péssimas condições de trabalho, durante os anos da Segunda Revolução Industrial, além da temática infinita da desigualdade salarial, Eugénie Niboyet (1796-1883) funda a organização 'la Société de la Voix des Femmes', em 1848. Mais que apenas um grupo de mulheres, era um grupo de operárias determinadas a definirem cooperativas de trabalho, salários mais justos, cargas horárias humanizadas e acesso à educação.

Justamente neste momento, em um ato tido como de coragem, Jeanne Deroin (1805-1894) lança sua candidatura para a Assembleia Legislativa em 1848, comprometendo-se a transformar a condição feminina e a lutar pelo sufrágio feminino. Todavia, a teoria poligenista - na época, possuía inúmeros adeptos e um alto rigor científico - serviu para deslegitimar suas propostas e ideais. Para além de sua candidatura ser considerada ilegal, Deroin, por ser mulher, possuía, cientificamente para à época, uma capacidade cerebral inferior.

Desse modo, ainda que as muitas tentativas de alcançarem seus direitos fossem consideradas fracassadas, o cenário operário foi efervescente e possibilitou o acesso a informações. Ou seja, ainda que vagarosamente, o espaço público, o chão das fábricas e o trabalho assalariado iam começando a fazer parte da realidade feminina. É neste momento que observamos os papéis de gênero sofrendo pequenos - mas simbólicos - abalos em suas estruturas.

O século XIX prosseguiu, sendo considerado um século de agitações, de tal forma que os movimentos sindicalistas e as greves femininas são pontos destacáveis dessa argumentação. Também, tem-se a ascensão da imprensa feminina francesa - com apoio de literatos homens - como marca do período, ao representar uma maneira de luta e possibilitar avanços inimagináveis para nós, atualmente, como uma classe de mulheres. Logo, o século XX foi tomado por manifestações por direitos e pela conquista do sufrágio feminino na maior parte do mundo.

No entanto, a luta parece ser eterna, a conquista dos direitos, dos espaços e do trabalho pareciam em vão, visto que as mulheres ainda se encontravam presas a um mundo condicionado ao feminino, segundo Simone de Beauvoir (1908-1986):

Não se deve, entretanto, acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. Uma senhora importante e bem-pensante fez recentemente um inquérito entre as operárias das fábricas Renault; afirma que preferem ficar em casa a trabalhar na fábrica. Sem dúvida, pois elas só conseguem a independência econômica no meio de uma classe economicamente oprimida; e, por outro lado, as tarefas realizadas na fábrica não as dispensam dos cuidados do lar. Na hora atual (...) em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens. (BEAUVOIR, 1980, p. 450).

Simultaneamente ao discurso de Beauvoir, as lutas, as conquistas civis e o espaço alcançado são motivos de orgulho pelo movimento feminista, mas perderam um pouco do sentido ao esbarrarem em questões ainda mais complexas. Beauvoir vai além e nos faz tropeçar nas questões da divisão sexual do trabalho, nas questões da dupla jornada feminina e na impossibilidade das mulheres serem enxergadas na condição de sujeitos.

Todas as mulheres citadas acima - e as que, devido ao silêncio da historiografia, não estiveram presentes - contribuíram inestimavelmente para o progresso do feminismo e da conquista por direito às mulheres. De fato, como apresentado, a liberdade feminina esteve - e continua - ligada a inúmeros fatores e nas mãos masculinas e capitalistas. Portanto, objetivando a emancipação feminina de maneira geral, é necessário reconhecer que desde a Marcha das Mulheres para Versalhes, em outubro de 1789, a luta pela nossa liberdade foi constante e continuará sendo.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1 e 2.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e Vida Privada. In: ARIÉS, Philippe (dir.). **História da Vida Privada** – 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 9-13/ 21-51.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

MÉNDEZ, Natalia. (2005). **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**.

MORIN, Tania Machado. **Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa-1789-1795**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. Alameda Casa Editorial, 2014.

PASTORINI, V. **Mulheres francesas do século XIX**. Albuquerque: revista de história, v. 13, n. 26, p. 47-66, 28 dez. 2021.